

1977-1988: O INÍCIO DO FIM DA MUTUALIDADE OBRIGATÓRIA

A PSN enfrenta o transcendental debate sobre o futuro da sua natureza jurídica e a sua ligação aos profissionais de saúde e às ordens.

7 NOVAS LEIS À VISTA

7 MUDANÇA DE MENTALIDADE

7 RELATÓRIO DA EQUIPA DE GESTÃO

7 ELEIÇÃO TOTALMENTE DEMOCRÁTICA

7 SEM REGULAMENTAÇÃO PARA
ADJUDICAR ANDARES

A efervescência social e política dos primeiros anos da democracia também atinge à PSN, que enfrenta abertamente e com todas as consequências da iminência de um evidente fim de etapa. A mutualidade não serve - porque a Administração não lho permite - para atender às crescentes exigências dos mutualistas, cujas novas gerações contestam sistematicamente a obrigatoriedade. Dois presidentes, José María Artamendi e José Luis Gutiérrez Herrero, procuram com afinco alternativas e, ultrapassando alguns obstáculos, deixam assinalado o caminho do futuro com excecional precisão.

Os novos estatutos da Previsión Sanitaria Nacional pareciam ter modernizado definitivamente a Entidade, cujo único objetivo a partir desse momento (junho de 1975) não poderia ser outro senão a gestão otimizada da sua atividade e património. Mas a realidade, como a que vive a Espanha nos seus primeiros passos na democracia, não é tão simples. O novo presidente da PSN, José María Artamendi, toma posse do seu novo cargo a 25 de fevereiro de 1977.

O tesoureiro, José Paz, recebe-o com frieza: «Apesar dos relatórios otimistas dos últimos anos, a mutualidade poderá ver-se confrontada, a curto prazo, com dificuldades económicas em determinados benefícios por razões jurídicas, económicas e técnicas».

Artamendi percebe desde o início a magnitude da sua responsabilidade, especialmente quando tem de enfrentar dois problemas repentinos, que aparentemente não existiam apenas alguns meses antes.

Em abril, a Assembleia exige a constituição de duas comissões, uma para analisar e corrigir os novos estatutos, que resultaram ineficazes para alcançar o seu maior desafio - a democratização dos órgãos sociais - e outra para investigar o trabalho do anterior Conselho de Administração, presidido por Alfonso de la Fuente.

Antes do final de 1977 realizam-se mais duas assembleias, de carácter extraordinário. Na primeira, Artamendi informa a presidência de Artamendi começa com duas tarefas delicadas: a da existência de anomalias na gestão de De la Fuente mas, assumindo a sua responsabilidade institucional e a fim de não lesar a Entidade, pede para não pôr o dedo na ferida, que poderia ter curado «com um pouco mais de informações de alguns e uma maior compreensão e fraternidade de todos». De la Fuente, presente na Assembleia, admite com orgulho: «Posso ter-me enganado, mas não gestão do seu antecessor e os estatutos foi um ato premeditado. Nunca falei à verdade».

A presidência de Artamendi começa com duas tarefas delicadas: a gestão do seu antecessor e os estatutos

Na segunda Assembleia, realizada em novembro, Artamendi agarra o touro pelos cornos: «Isto tem de acabar aqui». De la Fuente insiste na sua tese: «Respondo pelos erros, mas não houve desvio de fundos». E um membro da Assembleia, Antonio Rodríguez, presidente da Ordem dos Médicos de Badajoz, resume o sentimento da Assembleia, que concorda em não tomar qualquer medida contra De la Fuente: «Vivemos um momento em que todos os espanhóis nos impusemos o esforço de aceitar amnistias».

Entretanto, a Administração começa a elaborar um projeto de regulamentação de entidades de seguros, que estabelece limites máximos para benefícios e que, na opinião de Ernesto Marco, Vice-Presidente da PSN, poderia acarretar «sérios problemas de sobrevivência para a Entidade». Em dezembro realizam-se eleições para a Assembleia, que é formalmente constituída em março de 1978. Artamendi continua a ocupar o cargo de presidente com o objetivo de reestruturar os seguros, os benefícios e os recursos humanos da PSN e abordar as relações com as ordens, que continuam a pedir financiamento para as suas necessidades imobiliárias.

As relações com as associações não estão a passar um bom momento. Artamendi apresenta ao seu Conselho uma moção em que denuncia a existência de «uma série de inquéritos velados e abordagens duvidosas» que impedem à Entidade concentrar-se no seu trabalho. A alusão está bem localizada: trata-se do Conselho Geral dos Farmacêuticos, que tem vindo a pedir repetidamente informações sobre o funcionamento da PSN e que ameaça sair da Entidade.

Cerca de 16 por cento dos mutualistas são farmacêuticos. O presidente volta a reagir rapidamente e exorta ao seu Conselho: «Não tolerarei entraves ao nosso desempenho e se a única maneira de assegurar o correto funcionamento fosse apurar campos, seria deixado ao critério da Assembleia. Ou funcionamos, ou estamos a mais».

«A tão discutida obrigatoriedade não é cumprida em muitos casos e é-nos atirada à cara», queixa-se **Artamendi**

Artamendi chama também à atenção as ordens devedoras, que acumulam atrasos no pagamento dos recibos da PSN, que passam diretamente aos seus membros. Para contaminar ainda mais o ambiente, o presidente da OMC, Jorge Pérez del Corral, delega no seu vice-presidente, Pedro Albert, as suas funções no Conselho da PSN. Artamendi opõe-se à mudança, talvez consciente do perfil de Albert, um dos membros da Assembleia mais críticos dos últimos tempos. Várias ordens de médicos apoiam Albert e manifestam o seu descontentamento à PSN.

Esta luta aparentemente pessoal esconde outra, de uma relevância muito maior, que não passa despercebida: as crescentes queixas sobre a obrigatoriedade de pertencer à PSN, es-

pecialmente entre os médicos mais jovens. Surpreendentemente, e num gesto audaz e aberto à mudança, Artamendi apresenta uma moção para estudar a alteração da situação, uma vez que «a tão discutida obrigatoriedade não é cumprida em muitos casos, é-nos atirada à cara e depois é utilizada como argumento para exigir o pagamento de alguns benefícios quando já se verificou o risco» O presidente não esconde as consequências negativas que poderiam advir do fim da obrigatoriedade, mas também não se retrai: «Temos de ter uma mentalidade empresarial e tornar a pertença à mutualidade atraente». A sua moção foi aprovada em Conselho, com 10 votos contra 6. É novembro de 1981.

Talvez sem o saber, Artamendi está a expor a ideia de valor acrescentado para o mutualista, um serviço que transcenda o âmbito dos seguros e que preencha as suas necessidades, umas das linhas básicas que orientarão a PSN alguns anos mais tarde. Talvez por isso, uma das suas principais preocupações foi o reforço e a melhoria da Residencial de San Juan, que em 1982 acrescenta um novo edifício para a sua oferta. Os mutualistas desfrutam cada vez mais das instalações, a um preço verdadeiramente atraente, que no verão de 1980 oscila entre 450 e 2.370 pesetas para os quartos e é fixado em 570 pesetas para a pensão completa.

São liquidados dois dos investimentos mais controversos de De la Fuente: Carpresa e o edifício de Isaac Peral

Decorrido um prazo razoável desde a controversa comissão de investigação, Artamendi começa a dismantlar alguns dos investimentos mais controversos do seu antecessor. Após um aviso oficial do Ministério da Saúde, inicia os trâmites para a dissolução da Cartera de Previsión Sanitaria Nacional, S.A. (Carpresa), uma sociedade de investimento. Além disso, consegue vender ao Estado o edifício localizado em Calle de Isaac Peral, em Madrid, concebido para ser a sede da PSN mas que acaba por alojar o novo Tribunal Constitucional. A venda é fechada em 1.000 milhões de pesetas e a PSN obtém uma mais-valia de quase 300.

Em fevereiro de 1983, Artamendi volta a apresentar ao seu Conselho outra moção histórica. Desta vez convida a meditar sobre se «a nossa natureza jurídica se tornou demasiado limita-

da»para atender às necessidades do coletivo. Propõe, sem hesitar, transformar a mutualidade em mútua «o que certamente aumentaria a nossa carga fiscal, mas o nosso âmbito de seguradorapracamente não teria limites», mas opta finalmente por manter a mutualidade de previdênciasocial e criar outra mútua para os outros produtos que a legislação impede a PSN de desenvolver.

Sem conhecer o âmbito da regulamentação que a Administração está a elaborar para reordenar os seguros privados, a cúpula da equipa de gestão da PSN (Carlos de la Torre, diretor; José Manuel Martínez Sanseroni, consultor jurídico, e Pablo López Domínguez, consultor atuarial)apresenta ao Conselho um relatório que desaconselha a transformação em mútua e aposta no reforço da mutualidade na sua oferta de produtos pessoais e patrimoniais. Finalmente, o Conselho opta por melhorar a AMA e criar uma comissão paritária para preparar as iminentes alterações legais, que se concretizam com a aprovação da Lei 33/1984, de 2 de agosto, relativa à Gestão do Seguro Privado: A PSN passa a depender do Ministério das Finanças e o capital dos seguros pessoais é limitado.

A transcendência da norma para o futuro da PSN não deve ocultar outros feitos que a Entidade vai conseguindo na primeira metade da década de 1980: a nova configuração do seguro Combinado, os estudos para introduzir produtos específicos para cobrir a responsabilidade civil pessoal e profissional e os deficientes mentais e a publicação de um boletim informativo para os mutualistas, primeiro e ilustre antecessor da psnInformación.

Com a nova lei do seguro, de 1984, a PSN passa a depender das Finanças e o capital dos seus seguros é limitado

O presidente Artamendi ainda tem uma tarefa por cumprir, iniciada pouco depois de assumir o cargo: a reforma dos estatutos, que está a ser desenvolvida desde 1977 e que é aprovada numa assembleia extraordinária realizada em maio de 1982. No entanto, a mudança não é definitiva, uma vez que a Administração, abrangida pela sua regulamentação, exige a eliminação da

obrigatoriedade e da designação dos membros dos órgãos sociais, que devem ser eleitos, todos, democraticamente.

Depois de não poucas resistências das ordens e dos membros da assembleia, a PSN aceita o sinal dos novos tempos e aprova os seus estatutos definitivos em 1984. Inicia-se então um longo processo eleitoral que culmina com a eleição de José María Artamendi como o primeiro presidente da PSN a ser eleito inteiramente pelas bases mutualistas. Menos de uma semana depois da eleição histórica, Artamendi morre repentinamente no final de 1984.

O Conselho de Administração eleito vota de novo para eleger outro **presidente**: ganha, claramente, **José Luis Gutiérrez Herrero**, presidente da Ordem dos Médicos de Palencia e pai do atual secretário da PSN, Fernando Gutiérrez de Guzmán. À semelhança do que fez o seu antecessor, o novo presidente enfrenta os problemas e desafios da Entidade desde o início, deixando muito pouco tempo para fazer um natural balanço da situação. A sua primeira preocupação são as pensões, que não satisfazem os mutualistas num José Luis Gutiérrez Herrero assumiu a presidência da PSN no início de 1985 ambiente de crescente perda de poder de compra, em que surgem os primeiros sintomas de desequilíbrio na Segurança Social. A isso acrescem as primeiras baixas significativas no coletivo, como consequência das dúvidas sobre a obrigatoriedade.

O administrador José Paz, tal como fez no início do mandato de Artamendi, volta a avisar: «Se as baixas ultrapassam as aquisições,o futuro, mais do que incerto, é péssimo. Temos de ser competitivos, esquecendo que a época da obrigatoriedade de subscrição e da PSN talvez esteja a chegar ao fim». A 31 de dezembro de 1985, a PSN tem 126.384 mutualistas. Gutiérrez Herrero sabe que a nova situação da regulamentação dos seguros, que ainda não está plenamente definida em novas matérias, tais como os fundos e planos de pensão, força a PSN a tomar uma postura ativa perante a procura de novos mutualistas e, o que parece mais imperativo, a manutenção da carteira atual. O novo presidente também não perde de vista o projeto pendente, e cada vez mais procurado pelos profissionais, de criar um seguro de responsabilidade civil e o futuro do seguro automóvel voluntário, ainda gerido pela PSN.

A 26 de junho de 1986, antes de ser promulgada a esperada lei dos fundos de investimento, é constituída a PSN Gestión, com um capital inicial de 100 milhões de pesetas. Com esta sociedade

de gestão, a PSN visa proporcionar aos seus mutualistas a possibilidade de dirigir o futuro da sua reforma e, mais importante, determinar o montante da mesma com antecedência suficiente. Não é a única novidade na carteira de

Com a PSN Gestión, os mutualistas passam a ter a possibilidade de dirigir o futuro da sua reforma e determinar o montante da mesma produtos da PSN: seguros de responsabilidade civil geral e profissional; de incêndio; de roubo; de cristais e um combinado de habitação-vida. «A PSN tem de ser atraente», insiste Gutiérrez Herrero.

A adaptação aos novos tempos parece ter sido vertiginosa. Mas este não é o ritmo a que a Administração toma decisões, muito pelo contrário. A última volta a prejudicar significativamente a PSN, que acaba por não poder comercializar os seus novos seguros. O presidente não hesita e convoca uma assembleia extraordinária para a aprovação da constituição de uma mútua que lhe permita colocá-los à disposição do coletivo. Nasce assim a PSN Seguros Generales S.A.

Paralelamente, a carteira do seguro voluntário automóvel é transferida para a AMA. A PSN é forçada a dispensar um produto que a obrigava a reforçar significativamente as suas reservas, mantendo assim a boa saúde do seu património.

A lei do seguro impõe igualmente uma atualização das provisões de que dispõem as entidades para honrar os seus compromissos.

Apesar das violentas campanhas dirigidas contra ele, Gutiérrez Herrero consegue adaptar a PSN à nova lei do seguro

Gutiérrez Herrero encarrega Arthur Andersen de realizar uma auditoria contabilística para conhecer em pormenor o estado das contas e saber qual o esforço que a Entidade vai ter de fazer para se adaptar à legislação em vigor. Infelizmente, as conclusões da auditoria, que revelam defeitos organizacionais na PSN, são publicadas por um jornal nacional, causando grande inquietação nos mutualistas. O presidente acalma o coletivo assegurando que os defeitos são largamente conhecidos e que já foram implementadas as possíveis soluções, incluindo «uma avaliação patrimonial real que sirva de ponto de partida para alcançar as reservas previstas na lei».

Dite e feito. Gutiérrez Herrero anuncia no início de 1988 que a PSN irá adequar as suas reservas no prazo de um ano. Além disso, adianta que não se apresentará às eleições que encerrarão o presente exercício. Quando tudo parecia definitivamente acalmado para empreender um novo processo eleitoral, alguma imprensa volta a irromper, inesperadamente, na vida interna da Mútua. O presidente explode num editorial publicado na revista da PSN, em setembro de 1988: «Como já não se pode desacreditar nem atacar por esta via [a mencionada na auditoria de Arthur Andersen], foi iniciada outra onde existe a falta de visão de uns, a ambição de outros, a atitude política de certos partidos e sindicatos e a animosidade de alguns.

Todos estes grupos aproveitam a ocasião de uma convocatória eleitoral para tentar, de novo, arruinar as pessoas e atacar a Mutualidade».

Sem citar nomes, Gutiérrez Herrero alude a um processo administrativo instaurado pela Direção Geral de Seguros contra o Conselho da PSN pela alegada venda irregular de alguns imóveis em Madrid. Pouco antes de começar o processo eleitoral, o presidente convocou uma assembleia extraordinária em que apresenta uma descrição pormenorizada do seu procedimento e é concluída com um comunicado que rejeita a publicidade indevida de assuntos estritamente internos da mutualidade e assinala a total falta de regulamentação na adjudicação de andares.

A Direção Geral de Seguros acabará por arquivar o processo e Gutiérrez Herrero, apesar das violentas campanhas dirigidas contra ele, passará para a história pelo seu objetivo herdado: a plena adaptação da PSN à nova lei do seguro, a criação da PSN Gestión e o reforço das reservas da Entidade.

A 13 de janeiro de 1989, Juan Blázquez, um dos líderes da florescente Confederação Sindical dos Sindicatos Médicos, é nomeado presidente da PSN, depois de vencer as candidaturas de Luis Sánchez Harguindey e Javier Matos, presidente da Ordem dos Médicos de Madrid.